

Texto da Nova Institucionalidade da Fiocruz

Panorama estratégico para decisão institucional

Conselho Deliberativo da Fiocruz



Rito • riscos • janela política • salvaguardas

A decisão central: instrumento, momento e blindagem

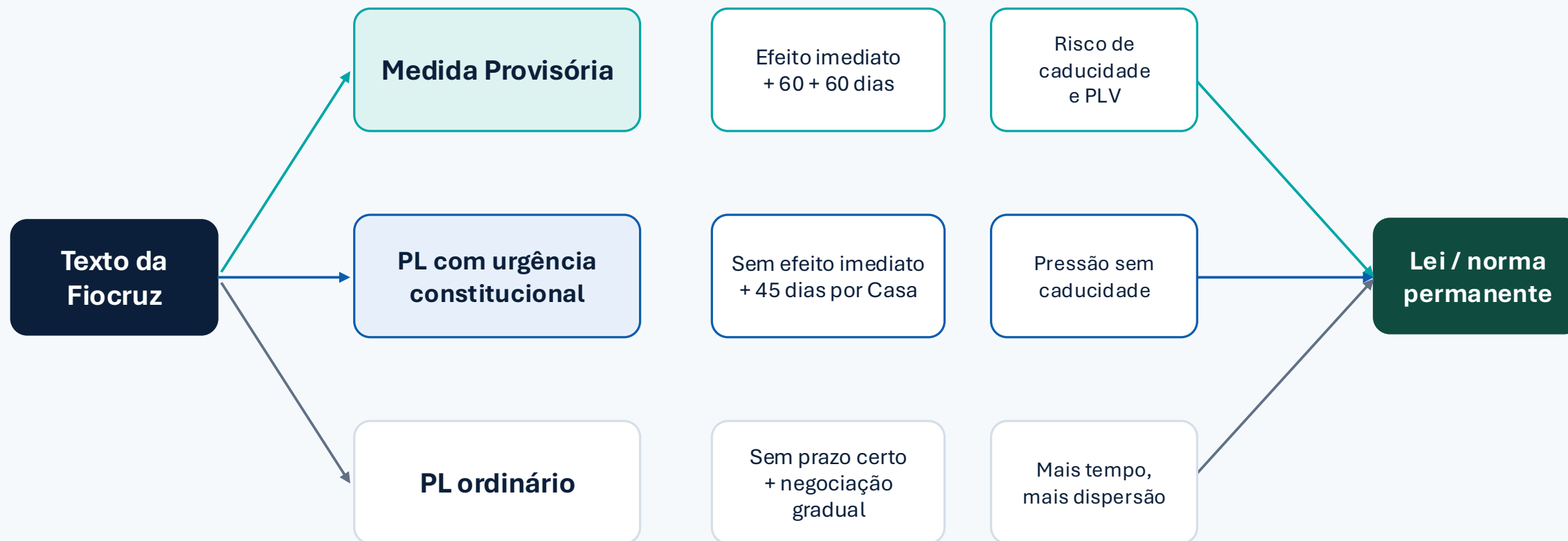
Uma medida provisória não é só uma rota mais rápida; é uma rota mais exposta.



Mensagem-chave: a MP substitui o risco da demora pelo risco da provisoriedade, da caducidade e da negociação legislativa concentrada.

Três rotas legislativas para o texto

O caminho mais forte depende da urgência demonstrada e da estratégia de conversão em lei.



Filtro da Casa Civil: se urgência e impossibilidade de PL urgente não estiverem demonstradas, a minuta de MP tende a virar PL.

COMPARATIVO DE TRAMITAÇÃO E REGIMES DE PROJETOS DE LEI (PL) NO BRASIL

LEGENDA     			
 VARIÁVEIS	1. PROJETO DE LEI ORDINÁRIO (RITO ORDINÁRIO)	2. PROJETO DE LEI PRIORITÁRIO (RITO DE PRIORIDADE)	3. PROJETO DE LEI EM REGIME DE URGÊNCIA (RITO DE URGÊNCIA)
 CARACTERÍSTICAS (O que define?)	• Regra geral de tramitação • Sem preferência de pauta • Debate amplo em comissões • Aplica-se à maioria dos PLs	• Prioridade na pauta • Solicitado pelo Executivo, Judiciário, ou Comissões • Prazos reduzidos para pareceres • Matérias de relevância específica	• Máxima prioridade (Constitucional ou Regimental) • Tranca pauta se não votado • Dispensa formalidades • Situações emergenciais
 FLUXO (Caminho e Etapas)	Apresentação ↓ Mesa Diretora ↓ Várias Comissões Temáticas (Análise Sucessiva e Detalhada: CCJ, CFT, etc.)	Apresentação ↓ Mesa Diretora ↓ Comissões com Prazos Curtos (Análise Sucessiva/Conjunta)	Apresentação (Urgência requerida/aprovada) ↓ Comissões (Análise Conjunta, Relator de Plenário)
 TRAMITAÇÃO	Passagem obrigatória por todas as comissões temáticas; debate amplo e detalhado em cada etapa; revisões profundas e emendas possíveis.	Prioridade em comissões; debates mais céleres, mas mantém ritos de análise de mérito em comissões específicas; emendas são concentradas.	Ritos simplificados; análise por comissões pode ser simultânea ou o parecer pode ser proferido em Plenário (dispensa de comissão); debate e emendas restritos.
 TEMPO (Duração Estimada)	 Longo e Variável  Meses a Anos	 Médio Prazo Semanas a Meses	 Curtíssimo e Definido Dias ou Semanas (ex: 45 dias)
 SEGURANÇA JURÍDICA (Estabilidade Legal)	 Alta Estabilidade Amplo debate e revisão minuciosa	 Boa Estabilidade Debate técnico e político preservado	 Média Estabilidade Risco de debate técnico e político e revisão acelerada

SÍNTESE DA TRAMITAÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA (MPV)

FASE 1: EDIÇÃO E VIGÊNCIA (PODER EXECUTIVO)

VALIDAÇÃO POLÍTICA E JURÍDICA NA CASA CIVIL

avaliação
de oportunidade ou
participação do caso

Secretaria de Análises
Governamentais
&
Secretaria de Assuntos
Jurídicos

Técnica Legislativa
& Alinhamento Político

ASSINATURA E ENTRADA EM VIGOR

Assinatura
(Presidente)



Presidente
da República

Assina a MPV

EFEITO IMEDIATO



Diário Oficial
da União (DOU)
Publicação
Ordinária/Extraordinária

PRODUÇÃO DE EFEITOS



Fiocruz
Segurança
jurídico-administrativa
vigora imediatamente

FASE 2: TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA (CONGRESSO NACIONAL)

INSTAURAÇÃO DA COMISSÃO MISTA (60+60 dias)

Deputados → Senadores



Apreciação da MPV
(60 + 60 dias)

Abertura de Emendas (6 dias)



Sugestões
de alteração

ESTRATÉGIA DO GOVERNO

Relator alinhado
rejeita emendas de risco



Mantém texto
original para Fiocruz

DELIBERAÇÃO EM PLENÁRIO



Câmara dos
Deputados

Senado
Federal

TRANCA PAUTA



(Após 45 dias)
45 dias, MPV vira
**PRIORIDADE
ABSOLUTA**

DESFECHOS FINAIS DO FLUXO (CENÁRIO DE CONCLUSÃO)



CONGRESSO NACIONAL
(Câmara e Senado)

SEM ALTERAÇÕES
SEM ALTERAÇÕES

IMPACTO NA SEGURANÇA JURÍDICA DA FIOCRUZ



Texto original torna-se
LEI DEFINITIVA.
Consolidação permanente.



PRÓXIMO PASSO
Promulgação pelo Presidente
do Congresso Nacional.

COM ALTERAÇÕES
ALTERAÇÕES (PLV)

IMPACTO NA SEGURANÇA JURÍDICA DA FIOCRUZ



Matéria retorna
ao Executivo



Sanção ou Veto
Presidencial das
alterações

Preserva integridade
do texto inicial.

CADUCIDADE
(REJEIÇÃO OU PRAZO)

IMPACTO NA SEGURANÇA JURÍDICA DA FIOCRUZ



Perda de
validade
após 120 dias



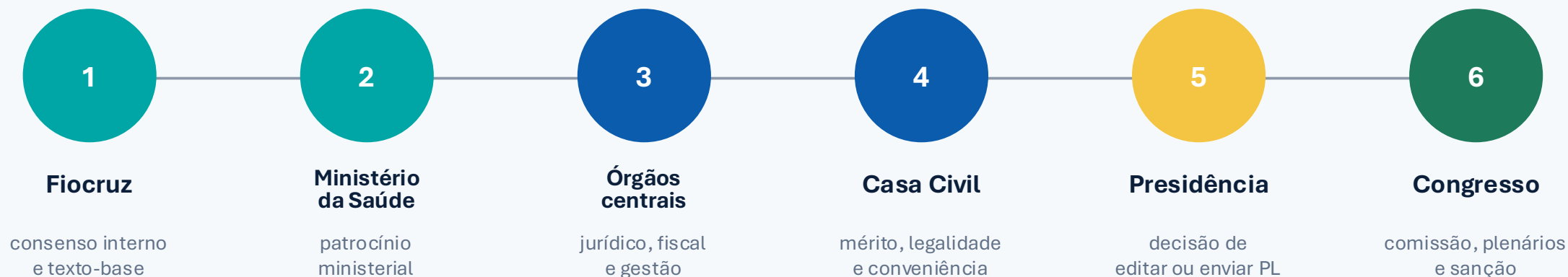
ATOS PRATICADOS
PERMANECEM PROTEGIDOS

PRÓXIMO PASSO

Congresso publica
DECRETO LEGISLATIVO
para disciplinar os atos.

O gargalo começa antes do Congresso

A publicação da MP é o início do prazo constitucional, mas não do trabalho político.



Antes da publicação: alinhamento, pareceres e decisão política.

Depois da publicação: contagem de prazos e disputa legislativa.

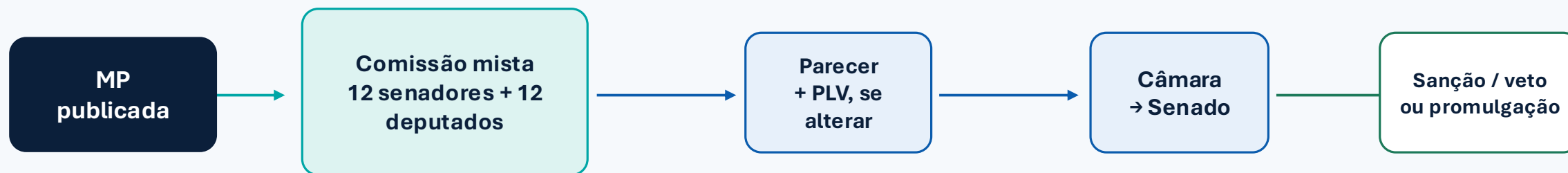
Rito da MP: efeito imediato, prazo curto e negociação intensa

A vigência começa na publicação; a permanência depende de conversão em lei.



Resolução nº 1/2002-CN: onde o texto pode ser alterado

A comissão mista é a primeira arena crítica de preservação do núcleo da proposta.



6 dias para emendas

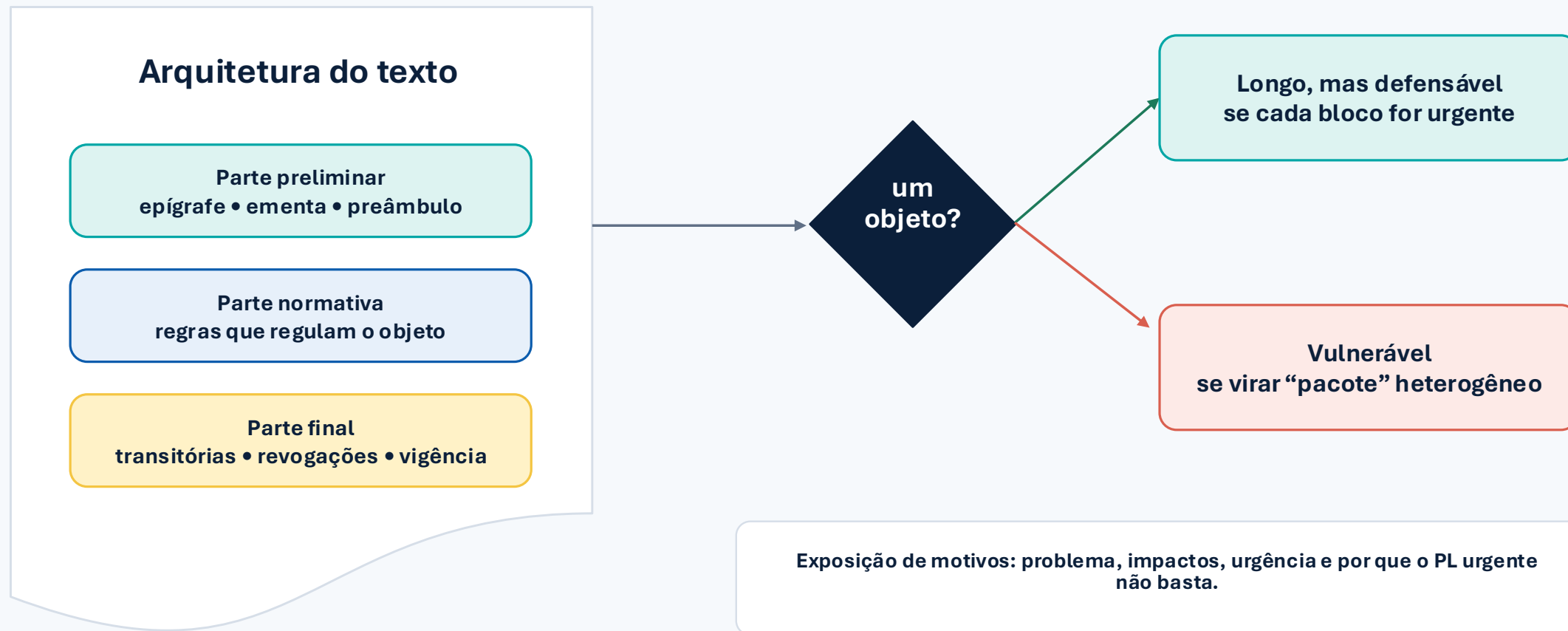
Emendas estranhas são vedadas

Parecer da comissão não é etapa decorativa

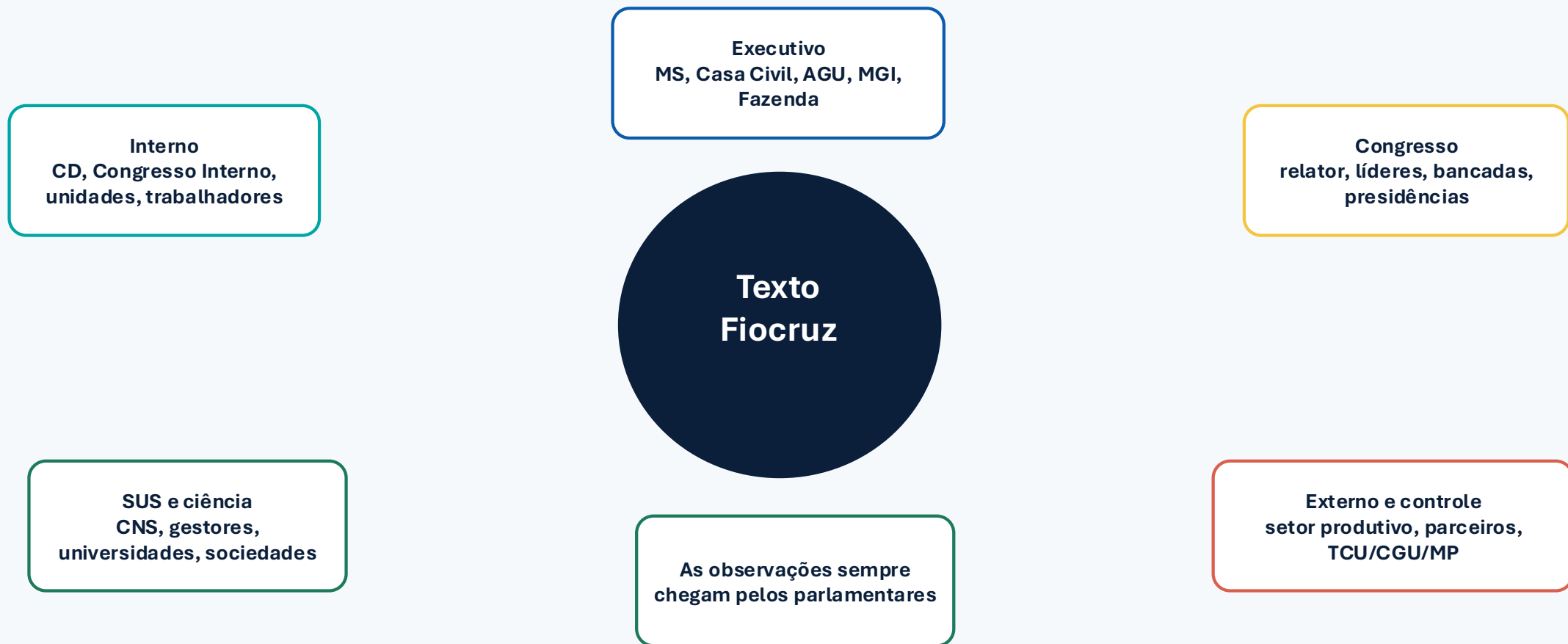
Disputa-chave: o que é “pertinente” ao objeto da MP e o que descaracteriza o texto da Fiocruz.

A MP pode ser longa?

Pode — mas precisa ter objeto único, coerência temática e urgência demonstrável.



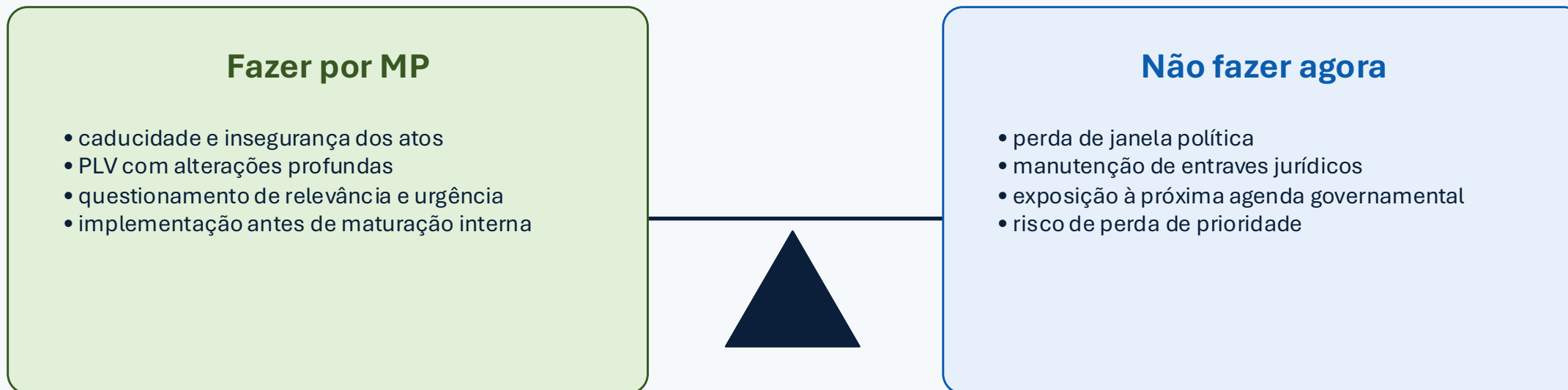
Mapa de pressões: quem pode influenciar o texto



Ponto crítico: questões internas não resolvidas tendem a aparecer como emendas, vetos ou divergências de interpretação.

Risco estratégico: fazer por MP ou não fazer agora

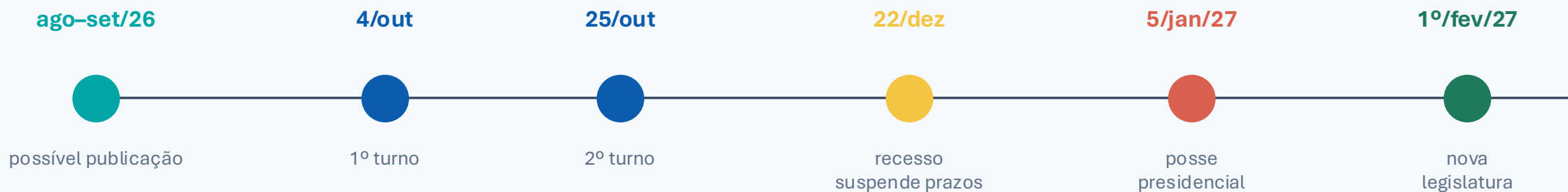
O Conselho precisa comparar o custo da ação acelerada com o custo da demora.



A decisão depende da qualidade da urgência demonstrada e da capacidade de proteger o núcleo institucional no Congresso.

2026–2027: a janela eleitoral muda o risco

Publicar perto das eleições pode transferir a negociação para um ambiente mais volátil.



Cenário A: continuidade governamental

- mantém maior chance de suporte político
- não dispensa nova negociação com Congresso e liderança
- implementação depende de orçamento e regulamentação

Cenário B: alternância governamental

- texto pode ser revisto, substituído ou despriorizado
- MP pendente fica politicamente vulnerável
- lei aprovada ainda depende de regulamentação futura

Exemplo recente: MP 1.370/2026 e o volume de emendas

O caso mostra que uma MP setorial pode atrair pressão legislativa imediata.



Lição para a Fiocruz: o texto precisa chegar ao Congresso com núcleo protegido, relatoria mapeada e estratégia para emendas.

Checklist de decisão para o Conselho Deliberativo

Condições mínimas antes de defender a publicação de uma MP.

- ☒ 1. Qual é a base jurídica efetivamente urgente?
- ☐ 2. Qual dano concreto ocorre se nada for feito agora?
- ☐ 3. Que instrumento iremos adotar?
- ☐ 4. Quais cláusulas são inegociáveis?
- ☒ 5. O texto protege unicidade, caráter público e governança democrática?
- ☐ 6. Há patrocínio executivo, relatoria e maioria mapeadas?
- ☐ 7. Existe plano para caducidade, transição e regulamentação?

Referências normativas e material-base

Fontes utilizadas para estruturar o panorama de tramitação.

**Material-base enviado
“Tramitação Legislativa da Nova Institucionalidade da
Fiocruz”**

**Constituição Federal
arts. 62 e 64: MP e PL com urgência**

**Resolução nº 1/2002-CN
comissão mista, emendas, prazos e tramitação**

**Decreto nº 12.002/2024
elaboração, estrutura e instrução de atos normativos**

**TSE — Calendário Eleitoral 2026
1º turno: 4/out; 2º turno, se houver: 25/out**

**Congresso Nacional — MPV 1370/2026
exemplo de volume de emendas e comissão mista**